

A CRIANÇA NEGRA ESCRAVIZADA NO BRASIL: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS, TRAMAS HISTORIOGRÁFICAS

**THE ENSLAVED BLACK CHILD IN BRAZIL: THEORETICAL APPROACHES,
HISTORIOGRAPHICAL WEFTS**

Rafael Domingos Oliveira

Mestrando em História e Historiografia pela UNIFESP
Rua da Consolação, 1909, Consolação – CEP: 01301000, São Paulo/SP
E-mail: rafael.historiasocial@gmail.com

RESUMO

Por meio de uma aproximação teórica a um debate historiográfico específico, este artigo propõe algumas reflexões sobre a constituição da infância como tema histórico, a partir da confluência dos estudos realizados na França e Inglaterra ao longo do século XX, relacionados à historiografia da escravidão no Brasil, condicionando as problemáticas e os sujeitos a serem considerados temas de pesquisa. Neste caso, destaca-se a criança negra escravizada, menos evidenciando o debate historiográfico *per se* e mais trilhando o caminho que lhe possibilita constituir-se como problema histórico.

Palavras-chaves: Historiografia, Infância, Escravidão;

ABSTRACT

Through a theoretical approach to a specific historiographical debate, this article proposes some reflections on the constitution of childhood as a historical theme, from the confluence of the studies in France and England during the twentieth century, related to the historiography of slavery in Brazil, conditioning issues and subjects to be considered research topics. In this case, we highlight the enslaved black child, showing less historiographical debate *per se* and more on the path that allows you to establish itself as a historical problem.

Keywords: Historiography, childhood, slavery.

*Nunca mais cresceriam,
não se separariam.
São dois gêmeos-meninos
brincando eternamente, são crianças.¹*

A epígrafe aqui inscrita trata de um mito de origem iorubá, a história dos Ibejis. Mito recontado e reelaborado nas tradições religiosas de origem africana, a história dos Ibejis chega até nós em várias versões, ligadas ao processo próprio da diáspora africana nas Américas, sendo uma delas a de São Cosme e São Damião. Anualmente, por volta do dia de Nossa Senhora da Conceição, 12 de outubro, dia das crianças, a cena se repete: casas de umbanda, terreiros de candomblé (mas também outros locais de culto), com filas de meninos e meninas dispostos a pegar seu saquinho de doce santo. Para muitos daqueles que revivem essa tradição, o que se esconde por trás do mito é a onipresença de uma eterna infância. Assim, a criança ganha importância e passa a ser compreendida por aquilo que possui de mais específico, *brincando eternamente*. Mas a brincadeira, nos mitos dos Ibejis, também adquire significado diverso daquele que geralmente o mundo ocidental lhe atribui. Se na compreensão comum a brincadeira é algo inocente, que não deve ser levada a sério, para alguns povos da África Ocidental ela é muito importante:

Os irmãos ibejis brincavam no quintal, como sempre. Faziam buracos no chão. Mas não era exatamente a brincadeira o que os entretinha. Eles escavavam a terra à procura de água. No final dessa busca angustiada, as crianças gêmeas alcançaram uma fonte subterrânea e com sua água cristalina abasteceram potes, vasos e quartinhas. Ofereceram então a todo o povoado o líquido precioso, matando a sede de seu povo e afastando a morte.²

A “brincadeira” de escavar a terra era, na verdade, uma tentativa de salvar o povoado da sede que assolava a população. A solução dos problemas sucedia da brincadeira: salvar o povoado era, também, ato de brincar.

¹ PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 369.

² Idem, pp. 374-75.

Ser criança, para boa parte das sociedades ocidentais da atualidade, é uma condição que exige atenção do Estado, políticas públicas e cuidado no âmbito privado, no seio da família. Educação, saúde e segurança são dimensões que lhe dizem respeito diretamente. Entretanto, a condição do *ser* criança é passageira e, se nos exemplos acima, as atenções voltam-se para a infância como tema de destaque, em outros territórios do conhecimento a criança passou despercebida. Foi o caso das Ciências Humanas de modo geral, e da História em específico. Até a segunda metade do século XX não havia, na Europa, estudos históricos consistentes sobre a infância. A criança parecia não possuir história, pois o que se escrevia dizia respeito aos homens e, em escala bastante reduzida – antes da emergência dos estudos de gênero –, mulheres. Adultos, portanto. Mas os adultos também foram crianças um dia e tiveram, por isso, experiências bastante diferentes daquelas que viveram quando mais velhos. Mas não só. A infância é também uma concepção histórica, que mudou ao longo do tempo. Estudar essas transformações em contraponto com a experiência adulta é uma dimensão que tem ganhado cada vez mais atenção.

Crianças crescem, abandonam seus brinquedos e suas brincadeiras (no caso daquelas que podem brincar, evidentemente). Em contextos os mais diversos, parte delas não é alfabetizada, não só por causa da idade, mas principalmente por exclusão social. À infância somam-se marcadores sociais os mais diversos: conjugam-se raça, gênero e classe. E aí a conclusão do historiador: a criança não produz *documento histórico*, e seus vestígios são esparsos e difíceis de serem compreendidos. A criança é como um sujeito que está oculto. Ela está lá todo o tempo, no processo histórico; mas, a posteriori, não conseguimos enxergá-la. Na ausência de fontes nas quais elas aparecem como protagonistas, o que nos resta, como pesquisadores que se debruçam sobre a infância para compreender as sociedades, é encontrar a consciência da infância, suas concepções, suas políticas, as visões, portanto, em torno da infância e da criança. Claro que se for possível acessar a experiência infantil por meio da cultura material, por exemplo, avançaremos muito no estudo do tema. Mas isso pode ser uma prática relativamente fácil para alguns períodos, e completamente impossível para outros.

Estamos “amarrados” ao que foi dito *sobre* a infância. Mas essas amarras são mais frouxas do que podem parecer à primeira vista. Qualquer documento de natureza textual pode revelar uma quantidade imensurável de informações, que são possíveis de serem acessadas a

partir de uma leitura mais atenta, se dermos ouvido aos “silêncios”. Esse conteúdo é o reflexo multifacetado, mas não fragmentado, de um povo ou de uma sociedade, e traz consigo o resultado de um choque entre quem é visto e aquele que vê. Não estamos, como pensávamos, tão longe de descortinar a infância.

Este artigo parte dessas e de outras inquietações. Se a *criança* como sujeito histórico foi na maior parte das vezes invisibilizada na análise histórica, o que dizer da criança negra escravizada, no contexto da escravidão brasileira? Isso nos leva para outras questões: qual o papel de uma instituição que durou mais de trezentos anos em uma sociedade multiétnica e com profundas diferenças sociais, marcadas pelas relações raciais? Numa rápida vista da historiografia da escravidão no Brasil, é possível perceber que quanto mais se estudou o escravismo brasileiro, mais indagações surgiram. E estamos longe de esgotar esse campo de estudo. Desde a década de 1980, os trabalhos sobre escravidão têm ampliado cada vez mais os objetos e os sujeitos dessa história, e aspectos que tradicionalmente não haviam sequer sido considerados, passaram a ocupar o centro das atenções. E aqui se deve incluir as crianças.

Para além dos aspectos políticos e econômicos, importantes para a compreensão do sistema escravista, a experiência dos sujeitos que a idealizaram ou que por ela sofreram opressão apontam para o entendimento social da escravidão, para as diferentes formas como esses indivíduos vivenciaram e reelaboraram suas experiências. Se antes o sujeito escravizado era entendido, mesmo pelos estudiosos da escravidão, como simples mão de obra, hoje essa visão vai, com maior recorrência, muito além do trabalho na lavoura. Mulheres escravizadas³, crianças, idosos⁴ e até mesmo as experiências sexuais⁵ são dimensões importantes para se compreender a sociedade escravista e suas alterações ao longo do tempo.

Neste texto, realizamos o esforço de contribuir para esse debate. Esta contribuição, entretanto, não pretende sistematizar tudo o que já foi dito no Brasil a respeito da criança

³ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*. Histórias de mulheres da sociedade escravista Brasileira. São Paulo, Cia. das Letras, 2005.

⁴ MOTTA, José Flávio. O tráfico de escravos velhos (província de São Paulo, 1861-1887). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 52, p. 41-73, jan./jun. 2010. Editora UFPR.

⁵ MOTT, Luiz. O negro homossexual no Brasil e na África. In MOTA, Roberto da. *Os Afro-Brasileiros*. Recife: Massangana, 1985, pp. 128-131; Idem. Escravidão e homossexualidade. In VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e Sexualidade no Brasil*. São Paulo: Graal, 1986, pp. 19-40.

negra escravizada. Mais do que propor um debate historiográfico, pretende-se uma *aproximação* de cunho teórico do tema. A pergunta central é: como a infância tornou-se tema dos estudos históricos? E qual a relação desse processo com a constituição historiográfica da criança negra escravizada como agente do passado? Assim, o que o leitor verá nas próximas páginas é uma aproximação teórica, que aponta um caminho, entre vários, e que se desenvolve no interior de uma trama, de teor historiográfico específico, que é a escrita da História da escravidão no Brasil.

A infância como tema dos estudos históricos

Buscar o tema da criança negra escravizada na historiografia da escravidão pode ser uma jornada difícil, demorada e até mesmo anacrônica. Reconsiderar os “clássicos” sobre a escravidão e procurar neles a presença de temas específicos, como as mulheres ou as crianças, entre outros, significa quase sempre olhar para o passado – neste caso a historiografia - a partir das preocupações do presente. Isso pode nos induzir a cometer erros de análise e julgamentos apressados, os quais precisam ser contornados. Portanto, antes de refletirmos sobre como a historiografia da escravidão tratou o tema da criança negra escravizada, consideramos imprescindível compreender como o tema da infância, de modo geral, adquiriu importância e espaço nos estudos históricos. É importante dizer, desde já, que a opção de retomar os debates sobre a escrita da História de maneira mais ampla, seus objetos, abordagens e problemáticas, é somente um – dentre vários – dos caminhos para se entender a consolidação do tema em tela (e pode mesmo servir como modelo de análise para outros temas).

Essas reflexões primeiras nos indicam duas coisas importantes. A primeira diz respeito à compreensão dos estudos clássicos sobre a escravidão, no sentido de entendê-los como produções datadas, isto é, que dialogam com preocupações de seu tempo. A segunda é perceber como essa historiografia se relaciona com os debates e avanços do próprio conhecimento histórico de um modo mais amplo, na medida em que insere ou exclui de sua

pauta determinados temas. Sendo assim, perguntamo-nos: quando a criança tornou-se objeto dos estudos históricos?

Uma resposta possível a essa pergunta pode ser dada considerando o vasto movimento de renovação empenhado pela historiografia francesa. Referimo-nos aos estudos produzidos no interior da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre. Orientada para proporcionar, sobretudo, uma crítica à maneira tradicional (aqui sinônimo do modelo oitocentista) de se produzir historiografia, desde sua fundação os *annalistes* têm apresentado importantes contribuições à escrita da História, influenciando enormemente *fazeres* historiográficos de outras partes do mundo – no Brasil, por exemplo. Não cabe, aqui, retomar todo o debate já realizado sobre as “gerações” de historiadores franceses ligados à revista⁶. Não obstante, principiamos esta análise considerando já a terceira geração dos *Annales*, iniciada por volta de 1969 e que dá origem ao que se convencionou chamar de *Nouvelle Histoire* ou Nova História, como a conhecemos no Brasil.

Para o historiador inglês Peter Burke, durante os anos 1960 e 1970, o projeto dos *Annales* sofreu uma mudança de interesse, embora isso não signifique uma ruptura total com o que havia sido produzido até então. Com isso, Burke quis dizer que “o itinerário intelectual de alguns historiadores dos *Annales* transferiu-se da base econômica para a ‘superestrutura’ cultural”⁷, das explicações estruturais para aquela fragmentada em partes constituintes da totalidade. Essa postura abriu precedentes para uma ampliação substancial dos temas e objetos de estudo do historiador, como se viu nas décadas seguintes.

As interpretações sobre esse momento dos *Annales* atribuem a raiz dessa mudança a um historiador da geração de Fernand Braudel – a segunda geração –, Phillipe Ariès. Esse nome é muito importante para o assunto deste artigo. Foi Ariès o primeiro a escrever e publicar um estudo específico sobre a criança na Europa. *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Regime*, publicado em 1960, foi chamado por Burke de “um livro notável, quase

⁶ Para isso, ver REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

⁷ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 81.

sensacional”⁸. Nesta obra, o historiador afirma que a ideia de infância ou, mais precisamente, o *sentimento* de infância, era inexistente na Idade Média europeia. Até esse período, quem hoje nomeamos como criança era visto como um ser irracional, mesmo aos sete anos, e daí em diante como um adulto em miniatura. O sentimento de infância nasce, segundo Ariès, na França dos séculos XVII e XVIII, profundamente ligado ao processo de escolarização e moralização, fenômenos constituintes da Modernidade.

Ariès analisa cartas e diários que demonstram o crescimento da preocupação dos adultos em relação ao comportamento infantil, mas sua principal fonte é a iconografia dos períodos aos quais se refere. Em relação a esta, afirma que a criança como indivíduo começa a aparecer na iconografia apenas no século XVII; antes disso as crianças eram retratadas como pequenos adultos ou “homens de tamanho reduzido”, nos termos que utiliza⁹.

As afirmações especialmente incisivas de Ariès renderam-lhe, já no período em que publica sua tese, uma série de críticas. Uma delas foi feita por especialistas na Idade Média, como aponta Burke¹⁰, que encontraram evidências bastante contundentes para contrapor a tese de que o sentimento de infância era inexistente nos períodos anteriores à Modernidade. Outra crítica aponta para o fato de que Ariès utiliza fontes produzidas na França para fazer afirmações generalizantes a toda Europa, e ainda por desconsiderar as diferenças entre homens e mulheres da elite e do povo comum. Em relação a essa última, Moysés Kuhlmann Junior mais recentemente afirmou:

Mesmo em abordagens que tomam a infância em sua referência etimológica, como os sem-voz, sugerindo uma certa identidade com as perspectivas da história vista de baixo, a história dos vencidos, essa visão monolítica permanece e mantém um preconceito em relação às classes subalternas, desconsiderando a sua presença interior nas relações sociais. Embora reconhecendo o papel preponderante que os setores dominantes exercem sobre a vida social, as fontes disponíveis como, por exemplo, o diário de Luís XIII, utilizado por Ariès, geralmente favorecem a interpretação de que

⁸ Idem, *Ibidem*.

⁹ “(...) no mundo das fórmulas românticas, e até o fim do século XVI, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido.” In: ARIÈS, Phillipe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981, p. 51.

¹⁰ BURKE, *Op. cit.*, p. 82.

essas camadas sociais teriam monopolizado a condução do processo de promoção do respeito à criança.¹¹

As análises atuais de Kuhlmann Jr. são referendadas, por exemplo, pelo estudo de Jacques Gélis, publicado em obra organizada por Ariès e Roger Chartier¹². O próprio Ariès tem sido bastante receptivo às críticas, considerando os avanços do tema nos últimos anos. Embora a obra citada seja passível de crítica, como foi demonstrado, é inegável a sua contribuição para a renovação de que estamos tratando. A Nova História é o território dos novos objetos, sendo a infância apenas um deles. O gênero, o corpo, o sonho, o odor fazem parte da imensa lista de *lugares* para os quais os historiadores têm voltado seus olhares¹³. A obra organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora em 1974, *Faire de l'histoire* – em três volumes traduzidos no Brasil como “Novos Problemas”, “Novas Abordagens” e “Novos Objetos” – traz importantes evidências da efervescência vivenciada nesse período¹⁴.

Entre os novos problemas, colocam-se as questões relacionadas ao quantitativismo da narrativa histórica ou as incursões pela demografia, a história social e a história marxista, ambas entendidas como construção de processos históricos de caráter eminentemente social. As novas abordagens tratam da história econômica, da demografia histórica e de tópicos atualmente consolidados como literatura, arte e ciências. Nosso interesse recai, entretanto, sobre o terceiro volume. Em “Novos Objetos”, Pierre Vidal-Naquet discutiu a cultura clássica a partir dos ritos gregos de iniciação à vida adulta. Em *Os jovens: o cru, a criança grega e o cozido*¹⁵, Vidal-Naquet voltou suas atenções aos “efebos” e às jovens, aos ritos e concepções em torno deles. Pode-se dizer que, se não houve um resgate da criança como sujeito propriamente dito, o que Vidal-Naquet realiza é um esforço de se aproximar das concepções sobre a criança, o que já é em si, e à época, um grandioso esforço. As crianças, ou ao menos

¹¹ KUHLMANN JR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 24.

¹² GÉLIS, Jacques. “A individualização da criança” In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (orgs.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, pp. 311-329 (Coleção História da Vida Privada, v.3).

¹³ BURKE, *Op. cit.*, mesma página.

¹⁴ LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: Novos Problemas*. v. 1; *História: História: Novas Abordagens*, v. 2.; *História: Novos Objetos*, v. 3. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

¹⁵ VIDAL-NAQUET, Pierre. “Os jovens: o cru, a criança grega e o cozido” In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *Op. cit.*, pp. 116-140.

as visões sobre elas, passam a ser encaradas como um foco de análise privilegiado e, assim, as questões referentes às idades da vida em sua dimensão social são recuperadas e trazidas à discussão.

A História das Mentalidades, que se afirmou como campo do conhecimento histórico, não sem conflitos, durante a década de 1970, também é importante para compreender a consolidação da infância como tema. Embora a obra de Ariès, já citada, anuncie certos aspectos do que se conhece por *mentalités*, é com a publicação em 1968 de *Magistrats et sorciers en France au XVII siècle*, de Robert Mandrou¹⁶ que a História das Mentalidades, na sua versão mais difundida, passou a frequentar o vocabulário comum dos historiadores franceses. Sem adentrar, mais uma vez, no denso debate sobre as mentalidades¹⁷, o que destacamos é que a busca pelas maneiras de sentir e pensar de uma sociedade possibilitou o estudo de indivíduos que não possuíam voz enquanto sujeitos históricos. As crianças, por exemplo, não nos deixaram documentos escritos, sendo poucos os vestígios para entender como agiam e pensavam. Assim, a tentativa de entender esse indivíduo como um sujeito histórico foi possível, entre outras coisas, através do estudo das mentalidades, isto é, por meio das noções, visões e percepções dos adultos sobre as crianças, quase nunca facilmente discerníveis. Os pressupostos teóricos e metodológicos da História das Mentalidades viabilizaram a oportunidade, até então não totalmente marginalizada, de ler nas “entrelinhas” e de capturar dados de onde não se acreditava extrair nada mais do que o óbvio.

É consenso dizer que a escrita voltada para as mentalidades possui suas ambiguidades metodológicas, e hoje o debate parece estar mais focado na História Cultural, de modo mais abrangente. Mas seu peso para o movimento de ampliação dos estudos históricos é inegável. A confluência dos estudos dessa geração de historiadores abriu caminho para que dezenas de esboços sobre a infância no âmbito da História, da Sociologia e da Educação, entre outros campos, fossem possíveis.

¹⁶ MANDROU, Robert. *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII: uma análise de Psicologia Histórica*. São Paulo: Perspectiva, 1979. A primeira edição em francês é de 1968, pela Librairie Plon.

¹⁷ Cf. VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e História Cultural” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 127-164.

No Brasil, uma quantidade razoável de estudos recentes traz a criança como objeto central da análise como, por exemplo, algumas coletâneas de artigos sobre o tema. Destacamos, sobretudo, as obras pioneiras de Mary Del Priore, em duas versões¹⁸, Francisco Pilotti e Irene Rizzini¹⁹, Marcos Cezar de Freitas²⁰ e Eni de Mesquita Samara²¹. Estes livros abarcam a história da infância no Brasil desde o início da colonização até os dias atuais, e apresentam uma grande diversidade de abordagens e temáticas. Alguns dos primeiros textos historiográficos sobre a criança negra escravizada, inclusive, apareceram nessas coletâneas.

A construção do conceito de infância é, por si só, um assunto que exigiria maiores explicações²². O intuito, nos parágrafos anteriores, foi demonstrar a importância da chamada Nova História para a consolidação desse tema nos estudos históricos. A Escola dos *Annales* foi, sem dúvida, um dos principais vetores para que isso acontecesse, ainda mais considerando-se, no caso brasileiro, sua enorme influência na academia. Mas devemos atentar para o fato de que a historiografia francesa não engendrou sozinha a renovação em História. No caso da historiografia da escravidão e do trabalho no Brasil, os trabalhos produzidos em língua inglesa possuem, principalmente eles, uma enorme relevância²³.

O debate em torno dos objetos, abordagens e problemas também foi levantado mais ao norte do continente europeu, principalmente pelo que ficou conhecido como a “história vista de baixo” e a História Social Inglesa, pensada, concebida e escrita no interior das discussões do Partido Comunista Britânico²⁴. Assim como no caso da terceira geração dos *Annales*, o fim da década de 1960 também foi para os historiadores marxistas britânicos um período de

¹⁸ PRIORE, Mary Del (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. Há uma versão de 1996, também pela Contexto, com o título *História das crianças no Brasil*, com artigos diferentes. Entendo que se trata de dois livros e não edições diferentes.

¹⁹ PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUSU/AMAIS, 1995.

²⁰ FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

²¹ SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *História da família no Brasil: bibliografia comentada*. São Paulo: CEDHAL, 1998.

²² Um balanço pode ser lido em NASCIMENTO, Cláudia Terra et alli. “A construção social do conceito de infância: uma tentativa de reconstrução historiográfica”. *LINHAS*. Florianópolis, v. 9, n. 1, pp. 4-18, 2008.

²³ Uma análise sobre essa influência pode ser lida em LARA, Silvia. “Blowin’ in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil” In: *Projeto História*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo: SP, Brasil, 1981, pp. 43-56.

²⁴ Harvey Kaye propõe um balanço dessa produção panorâmico o suficiente para oferecer uma visão geral, mas de análise bastante profunda em KAYE, Harvey. *The British marxist historians: an introductory analysis*. Oxford: Polity Press, 1984, especialmente em “Introduction” e “The Collective Contribution”, p. 1-22 e 221-249.

crítica à historiografia tradicional. A “história dos vencedores” ou a história dos grandes homens e seus feitos passou a sofrer duras críticas de historiadores como Edward Palmer Thompson, Christopher Hill e Eric Hobsbawm que propunham uma história “vista a partir de baixo” (history from bottom up). Thompson foi, a bem dizer, um dos precursores desse novo olhar, tendo publicado em 1966 um artigo sobre *The History from Below* em *The Times Literacy Supplement*²⁵. Alguns anos antes era possível ler, em *A formação da classe operária inglesa*:

Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual ‘obsoleto’, o artesão ‘utopista’ e até os seguidores enganados de Joanna Southcott, da enorme condescendência da posteridade. Suas habilidades e tradições podem ter-se tornado moribundas. Sua hostilidade ao novo industrialismo pode ter-se tornado retrógrada. Seus ideais comunitários podem ter-se tornado fantasias. Suas conspirações insurrecionais podem ter-se tornado imprudentes. Mas eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós, não.²⁶

Quando Thompson diz “eles viveram nesses períodos (...) e nós, não”, o que está colocado é a importância de voltarmos para esses indivíduos, os subjugados e subalternos, pois ainda que seu lugar na sociedade tenha sido o do dominado, eles fizeram parte dessa sociedade, influenciaram e foram influenciados pelo contexto em que viveram. A subalternidade foi, assim, construída historicamente, e não dada de antemão por um ente invisível e voluntarioso. E para compreendê-la, é necessário se escrever uma história a *contrapelo*, como afirmou o filósofo alemão Walter Benjamin em suas “Teses sobre o conceito de história”.²⁷

Embora a *history from below* enfrente seus próprios problemas e limitações, ela foi fundamental para que, a exemplo do que ocorreu na França com os novos objetos, abordagens e problemáticas, novos *sujeitos* passassem a ser incluídos nos estudos acadêmicos. A

²⁵ THOMPSON, Edward P. “History from below”. *The Times Literacy Supplement*. Londres, 1966, pp. 279-280.

²⁶ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. V. 1, “A árvore da liberdade”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 13 (1ª ed.: 1963).

²⁷ Cf. LÖWY, Michel. *Aviso de incêndio*. Uma leitura das teses sobre o conceito de história. São Paulo: Boitempo, 2005.

repercussão dessa tendência pode ser compreendida a partir do que já chamamos de “renovação dos estudos sobre escravidão no Brasil”.

Em um balanço sobre a historiografia da escravidão publicado em 1988 na *Revista Brasileira de História*²⁸, a historiadora Maria Helena Machado evidencia como essas transformações na escrita da história, oriunda do debate britânico, influenciaram os estudiosos brasileiros. Segundo ela, à época em que realizou sua análise (no ano do centenário da Abolição no Brasil), era possível perceber que o foco dos estudos sobre a escravidão se deslocou das análises de cunho generalizantes e vinculados a modelos explicativos já bastante arraigados para a “dinâmica interna da sociedade como ponto nodal das transformações históricas”²⁹. Essas novas tendências evidenciariam um alargamento do conhecimento a respeito da sociedade escravista e teria sido possibilitado, principalmente, pelas discussões ocorridas no seio da História Social. A autora queria demonstrar como a historiografia havia lidado com o tema da autonomia escrava e como esta última pode ser encarada como uma chave para compreender o mundo do trabalho. O sujeito resgatado é o próprio negro escravizado, muitas vezes colocado no segundo plano pelas explicações fortemente estruturais.

Citando Eugene Genovese³⁰, Machado apresenta a tese, entre outras, de que a improvisação nas maneiras de lidar com a opressão caracterizou a resistência escrava e, assim, o escravizado passa a ser entendido como um sujeito que possui agência histórica e não apenas como vítima inativa do sistema:

A partir desse ponto de vista, Genovese traçou um amplo painel da vida escrava, recuperando a riqueza da produção de uma cultura oprimida em sua inesgotável capacidade de improvisar novas estratégias de sobrevivência, refazendo suas mediações com as classes dominantes, estabelecendo espaços de autonomia no interior do próprio sistema escravista.³¹

²⁸ MACHADO, Maria Helena P. T. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 16, 1988, pp. 143-160.

²⁹ Idem, pp. 143-144.

³⁰ GENOVESE, Eugene. *Roll, Jordan, Roll: the world the slaves made*. New York: Vintage, 1974.

³¹ MACHADO, *Op. cit.*, p. 146.

A constituição da família escrava seria um exemplo disso, e é outro tema por meio do qual Machado postulou a ampliação dos temas sobre a escravidão. Este tem sido um dos temas mais recorrentes nos estudos históricos atuais e é imprescindível para se compreender a experiência da criança negra escravizada e sua constituição como sujeito histórico. No importante livro *Na senzala uma flor*³², publicado em 1999, o historiador Robert Slenes demonstrou o desafio colocado ao historiador social que pretende resgatar, do passado, experiências antes supostamente invisíveis. Partindo da constatação de um viajante francês que, em 1859, afirmou a impossibilidade de constituição da família escrava, dada a inconsistência das relações escravistas, Slenes afirma que, ao contrário, a família escrava foi uma realidade da sociedade brasileira do século XIX. Entretanto, para enxergá-la e compreendê-la, é necessário estar disposto antes a enxergar e compreender a própria dinâmica daquela sociedade, além daquilo que superficialmente nos é possível de ser visto. Em resumo, ele aponta a urgência de historicizar a própria noção de família, que parece tão natural e eterna. Essa reflexão não cabe, neste nosso caso, também à criança negra escravizada? Acreditamos que sim.

Essa aproximação teórica nos leva, ela própria, ao interior dos debates historiográficos sobre a escravidão no Brasil. Vamos a ela.

A criança na historiografia da escravidão

Uma vez enfocado como a escola dos *Annales* e a História Social Inglesa contribuíram para a consolidação da infância como tema histórico e para a renovação da historiografia da escravidão, além da relação desse movimento com a ampliação dos estudos sobre família escrava, lançaremos algumas reflexões acerca de como os estudos sobre escravidão trataram, especificamente, da criança negra escravizada.

³² SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. .

A análise da historiografia da escravidão feita por Suely Robles Reis de Queiroz³³ em obra coletiva sobre a historiografia brasileira, pode ser vista como uma síntese de como esse debate tem sido feito. No entanto, além de considerar as divisões feitas pela autora em “escolas” de interpretações difundidas cronologicamente, realizamos a leitura de ao menos uma obra de cada um dos períodos apontados por ela, procurando analisar como a criança escravizada foi citada.

Segundo Queiroz, o dissenso no debate historiográfico sobre escravidão se encontra na publicação e repercussão da obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, de 1933. O centro da discussão seria o grau da violência da escravidão brasileira em relação às outras experiências escravistas na América, sobretudo a estadunidense³⁴. Para Freyre, na sociedade brasileira predominava certa empatia entre as diferentes raças e, como fruto da plasticidade racial do colonizador português, foi possível observar uma relação “amena” entre o senhor e o escravo³⁵. Essa seria a sociedade de traço paternalista ou patriarcal, ideia que atravessou o século XX e tornou-se basilar para os trabalhos de muitos historiadores e cientistas sociais. Aproximando-se, distanciando-se ou criticando abertamente a sociedade patriarcal concebida por Freyre, os estudos sobre a escravidão constituíram-se como um dos campos mais plurais da historiografia e das Ciências Sociais brasileiras.

A criança negra, escravizada ou liberta, já aparece na obra de Gilberto Freyre, embora este não tenha feito uma análise específica a seu respeito. No prefácio à primeira edição de *Casa Grande & Senzala*, lê-se:

A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização do Brasil. Entre os filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, subdividiu-se parte

³³ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. “Escravidão Negra em Debate” In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 103-117.

³⁴ Silvia Hunold Lara faz uma afirmação semelhante quando demonstra a influência da obra de Gilberto Freyre nos Estados Unidos, principalmente no caso de Frank Tannenbaun, que dá fôlego para os estudos comparativos entre as dinâmicas escravistas ao norte e ao sul do Equador, sendo esta última identificada como mais branda em relação à primeira. Cf. LARA, Silvia Hunold. “Conversas com a bibliografia”. In: *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 97-114.

³⁵ QUEIROZ, *op cit.*, pp. 103 e 104.

considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos.³⁶

A interferência dos filhos mestiços nas divisões de terras de senhores brancos falecidos é tema de estudos posteriores. Entretanto, Freyre já demonstrava a importância dessa temática e nos coloca a indagação de qual teria sido o papel dos filhos das mulheres escravizadas para a sociedade escravista. Em relação à vida cotidiana, Freyre faz algumas afirmações passageiras como, por exemplo, a idade das moças casarem-se (em torno dos doze, catorze anos)³⁷ e a perseguição feita às escravizadas grávidas de seus senhores, como o caso das negras “prenhes” que foram queimadas nas fornalhas do engenho³⁸.

O intercuro sexual entre o homem branco e a mulher negra escravizada foi tratado por Freyre em termos de opressão sádica precedida pela dominação do senhor em relação ao *moleque*. E a relação entre os filhos dos senhores e os dos escravizados era toda ela baseada no sadismo do homem branco e no “masoquismo” do negro:

Quase que do moleque leva-pancadas se pode dizer que desempenhou entre as grandes famílias escravocratas do Brasil as mesmas funções de paciente do senhor moço que na organização patricia do Império Romano o escravo púbere escolhido para companheiro do menino aristocrata: espécie de vítima, ao mesmo tempo em que camarada de brinquedos, em que se exerciam os *premiers élans génésiques* do filho-família.³⁹

Freyre possui uma visão romântica e, hoje, bastante preconceituosa da relação entre o senhor e o escravizado. É, a bem da verdade, essa visão que dá sentido à tese da democracia racial brasileira, por ele alimentada.

Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da

³⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006, p. 33.

³⁷ Idem, p. 45.

³⁸ Idem, p. 46.

³⁹ Idem, Ibidem, p. 113.

cama de vento, a primeira sensação completa de homem. Do **moleque que foi nosso primeiro companheiro de brinquedo**.⁴⁰

A criança negra escravizada, que aparece na citação acima através do vocábulo “moleque”, é alcançada por meio de uma visão lírica, da boa relação entre as crianças negras e brancas. É como se as contradições postas pelas diferenças sociais que sustentavam o sistema escravista estivessem suspensas durante o período da infância. É possível ver discurso semelhante em alguns textos e pinturas dos viajantes que estiveram no Brasil durante o século XIX. Na obra “Meninos brincando de soldados ou ‘O primeiro ímpeto da virtude guerreira’”, feita por Debret em 1827, vê-se crianças brancas e negras brincando juntas, embora neste caso as posições sociais estejam bastante evidentes para o expectador⁴¹.

A partir dessas afirmações, consideramos a hipótese de que Gilberto Freyre, na década de 1930, já lançava seu olhar para a criança como parte de seu objetivo para entender a família patriarcal, o que repercutiu de maneira muito superficial nas duas décadas seguintes. Porém, não devemos encarar esse fato como um indicador de que a obra de Freyre esteja imune às críticas que foram feitas nos anos posteriores. Devemos compreender que o olhar do sociólogo estava voltado para as relações cotidianas, principalmente as ligadas às experiências sexuais e de família. Seria um equívoco se a criança não fosse citada em nenhum momento. Ainda assim, insisto: embora a criança negra, escravizada ou não, apareça nas páginas de *Casa Grande & Senzala*, ela é sempre um coadjuvante à sombra dos homens e mulheres que “fizeram” o Brasil.

Os estudos posteriores à publicação da obra de Freyre foram quase todos para criticar suas teses. Ainda segundo Queiroz, a partir dos anos 1950, no contexto do pós-guerra, houve um aumento do interesse de estudiosos pelas classes mais baixas e minorias oprimidas. No que diz respeito à escravidão, esta passou a ser entendida como a pedra angular do processo de acumulação do capital, já que era baseada, a exemplo deste, na coerção e na repressão. Nomes como Florestan Fernandes⁴², Octávio Ianni⁴³, Emília Viotti da Costa⁴⁴ e Fernando

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 367. Destaque nosso.

⁴¹ Jean-Baptiste Debret, “Meninos brincando de soldados ou ‘O primeiro ímpeto da virtude guerreira’”, 1827; datado e assinado; aquarela sobre papel; 15,3 x 21,6 cm; Acervo dos Museus Castro Maya, Rio de Janeiro.

⁴² FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

⁴³ IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

Henrique Cardoso⁴⁵ surgiram como os grandes críticos da obra de Freyre e de seus seguidores, negando a amenidade da escravidão e ressaltando a coisificação do escravo e a negação da sua própria vontade de libertação.

As explicações de Florestan Fernandes, por exemplo, se concentram nas grandes estruturas e na relação da desagregação do sistema escravista com a consolidação do capitalismo no Brasil⁴⁶, bem como com a inserção do negro numa sociedade dividida em classes. Não é à toa que a criança, e principalmente a criança escravizada, quase nunca aparece nesses estudos. E quando isso ocorre, é para apresentar dados que comprovem, estatisticamente, os aspectos econômicos que são analisados.

Em *Da senzala à colônia*, Viotti da Costa aponta a desorganização da vida familiar do negro escravizado motivada pelas “anomalias sexuais” originadas da relação senhor-escravo:

De um lado, havia a família branca, aparentemente monógama; de outro, a promiscuidade das senzalas a incitar e favorecer a poligamia do senhor. Por sua vez, a situação do escravo também não contribuía para estreitar laços familiares: a desorganização das tradições africanas, o interesse dos senhores que preferiam, para os escravos, as ligações passageiras a relações consolidadas pelo casamento – que poderiam criar obstáculos à venda-, o número relativamente pequeno de mulheres em relação a homens, tudo contribuiu para conferir precariedade e instabilidade àqueles laços.⁴⁷

Mas e a criança escravizada? Embora os aspectos da vida familiar sejam mencionados, a criança raras vezes é aludida. Entrevê-se a sua presença quando a historiadora cita, por exemplo, o grande número de crianças ilegítimas⁴⁸, os altos índices de mortalidade infantil em relação às taxas de natalidade⁴⁹ ou a grande quantidade de alforrias concedidas aos velhos e crianças⁵⁰. Ainda assim, vemos que essas citações ligeiras aparecem como dados relacionados

⁴⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: DIFEL, 1966.

⁴⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: DIFEL, 1962.

⁴⁶ Além da obra já citada, ver também FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*: quatro ensaios sobre o poder institucional. São Paulo: Hucitec, 1976, especialmente o capítulo 1, “A sociedade escravista no Brasil”.

⁴⁷ COSTA, *Op. cit.*, 4. ed, 1998, p. 16.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 48.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 50.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 57.

a aspectos mais amplos, de cunho econômico, e quase nunca são discutidos em sua especificidade.

Outro exemplo disso é a obra de Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, de 1962. Cardoso defende a tese de que o escravizado era continuamente submetido a sistemas sociais de opressão e repressão que acabavam por solapar sua capacidade de se auto conceber como sujeito. Isso ocorreria, sobretudo, a partir de sua infância:

É óbvio que o escravo adulto que tivesse passado a infância dessa forma, por maior ânsia de liberdade que pudesse ter, dada a impossibilidade de realizá-la, não poderia deixar de ser, no geral, submisso a toda sorte de caprichos senhoriais, tanto mais que a coerção aberta, pelo flagelo, aviva-lhe a qualquer momento a condição de escravo. Assim, no geral, era possível obter a "coisificação" subjetiva do escravo: sua autoconcepção como a negação da própria vontade de libertação; sua auto representação como não homem (...).⁵¹

O processo de “coisificação” do escravizado ocorreria no seu próprio desenvolvimento humano. Entretanto, se a tensão entre humano e coisa à qual este sujeito estava submetido, como aponta Cardoso, ocorria durante a infância, é de se espantar que o sociólogo não tenha lhe devotado mais atenção. Mas, como já dissemos, é preciso compreender o momento em que a obra foi escrita e para onde apontavam os interesses de análise histórica e sociológica desse período sem desconsiderar, obviamente, seus sentidos políticos.

A partir dos anos 1980, uma nova corrente de interpretação se forma, admitindo a existência de um campo de negociação entre o escravizado e o senhor, no qual o primeiro lança mão de estratégias para conseguir um cotidiano mais brando, o que deve ser entendido também como resistência. Chamada pejorativamente e a posteriori de “neopatriarcalista” por Jacob Gorender⁵², essa nova corrente começa a ganhar fôlego após a tradução para o português do livro *Ser escravo no Brasil*, de Kátia Mattoso⁵³, originalmente publicado em francês em 1979⁵⁴. A partir de então, os pesquisadores ressaltaram o binômio “resistência-acomodação” no que diz respeito à relação entre senhores e escravizados. Dessa forma,

⁵¹ CARDOSO, *Op. cit.*, p. 176.

⁵² GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990, pp. 20-24.

⁵³ MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁵⁴ MATTOSO, Kátia Queirós. *Être esclave au Brésil*. Paris: Hachette, 1979.

procuraram se distanciar do mito da democracia racial, reforçado pela obra de Gilberto Freyre, mas também negaram a coisificação do negro escravizado e sua completa anomia, enxergando-o como um sujeito histórico dotado da capacidade de agência.

É essa corrente historiográfica que se volta para a criança escravizada, procurando entendê-la em sua especificidade. Kátia Mattoso, na obra já citada, aponta para a ambiguidade das atenções voltadas às crianças negras em cativeiro por parte de seus senhores: requerem sua afeição, tratando-os como pequenos cachorrinhos, mas por outro lado desejam sua obediência, humildade e fidelidade, quase sempre por meio da coerção:

Nas grandes propriedades – engenhos de açúcar e fazendas de café, por exemplo – as crianças pretas passeiam em total liberdade, participando das brincadeiras das crianças brancas e das carícias de todas as mulheres da casa, verdadeiros ‘cupidos de ébano’, como os classifica bem um viajante ao descrever a admiração beata dos senhores – inclusive do capelão – ante as cambalhotas dos negrinhos brincando com cachorros de grande porte.⁵⁵

É Mattoso, inclusive, a primeira historiadora da escravidão a publicar estudo específico sobre a criança escravizada no Brasil⁵⁶, discutindo vários aspectos de seu cotidiano, como condições de nascimento, crescimento, sociabilidade, iniciação no trabalho e aprendizado das “leis” da escravidão. Desde então, a criança começou a frequentar os estudos sobre escravidão de modo mais recorrente.

Os estudos demográficos são, por excelência, a seara onde mais se produz estudos sobre o tema. Os trabalhos de Roberto Guedes Ferreira⁵⁷, Manolo Florentino e João Luís Frago⁵⁸, José Flavio Motta⁵⁹ e Horácio Gutierrez⁶⁰, entre outros, trazem as primeiras

⁵⁵ Idem, 1982, p. 128.

⁵⁶ MATTOSO, Kátia. “O filho da escrava (em torno da lei do ventre livre)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 16, 1988, pp. 37-55. Maria Lúcia de Barros Mott publicou, em 1979, estudo sobre a criança escrava e a literatura de viagens, como um desdobramento de uma pesquisa sobre a condição feminina nas narrativas de viajantes. Entretanto, considero o texto de Kátia Mattoso como o primeiro estudo sobre crianças cativas feito por uma historiadora que se dedica à escravidão. Ver MOTT, Maria Lúcia de Barros. *A criança escrava na literatura de viagens*. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1979.

⁵⁷ FERREIRA, Roberto Guedes. *Na pia batismal: família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX)*. Niterói: UFF, 2000. (Dissertação de Mestrado em História).

⁵⁸ FRAGOSO, João Luís Ribeiro & FOLRENTINO, Manolo Garcia. “Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872)”. *Estudos Econômicos*. 17 (2), 1987, pp. 151-173.

informações obtidas a partir da análise de fontes quantitativas. Algumas dissertações e teses também já trataram do assunto com análises mais voltadas ao cotidiano, como é o caso de Maria de Fátima das Neves⁶¹ e Ione da Silva Jovino⁶². Esses são, portanto, os fios que dão início ao movimento historiográfico que tecerá o tema da criança negra escravizada. Tecido este que se expande consideravelmente nas últimas décadas, lidando com questões e abordagens diversas.

Considerações Finais

A partir deste ponto, é possível colocar em debate o que poderíamos chamar de “historiografia da criança negra escravizada”, o que está além dos objetivos deste texto. O intuito deste artigo foi demonstrar o caminho trilhado pela infância nos estudos históricos, da visão macro para a micro, do geral ao particular. A criança escravizada ganhou seu espaço na historiografia por meio da ampliação de objetos e sujeitos que ocorreu com os estudos escravistas nas últimas décadas do século XX por influência de um lado da historiografia francesa e por outro, e sobretudo, daquela produzida em língua inglesa.

Não há dúvida de que há, aqui, apenas uma pequena amostra de como a experiência das crianças negras escravizadas se constituiu no interior dos debates historiográficos. O caminho a ser trilhado no que se refere a este tema enfrentará a necessidade de ampliar o olhar para referenciais teóricos que partam de outras culturas historiográficas, como aquelas ligadas ao debate pós-colonial, por exemplo. Ainda está para ser feito um estudo consistente da experiência das crianças escravizadas no que tange às concepções de infância dos povos africanos, evidenciando matrizes culturais e históricas diversas, no contexto do mundo atlântico. Esse esforço intui descortinar a experiência desse e de outros sujeitos ocultos da escravidão.

⁵⁹ MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*. Posse de escravos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999.

⁶⁰ GUTIÉRREZ, Horácio. “O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII”. *Revista História*. São Paulo, 120, 1989, pp. 59-72.

⁶¹ NEVES, Maria de Fátima das. *Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX*. São Paulo: 1993. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

⁶² JOVINO, Ione da Silva. *Crianças negras em imagens do século XIX*. São Carlos: 2010. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos.

Esperamos que, mesmo limitada, a fresta que nos possibilita enxergar a criança no contexto da escravidão cresça cada vez mais, e que este texto cumpra seu papel nesse movimento, nos aproximando de uma trama muitas vezes difícil de ser compreendida, mas que urge em sua necessidade.